

AS DIVERSAS FORMAS DE PLANEJAR O ESPAÇO AMAZÔNICO: UMA VISÃO SOBRE O CASO DE PACAJÁ-PA

Autores: Yohane Figueira Honda; Miguel Gonçalves Sepêda Filho; Wallace Wagner Rodrigues Pantoja.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo acerca das alterações no planejamento do espaço amazônico, tendo como referência empírica o município de Pacajá-Pa, partindo do planejamento concebido nos primeiros planos de desenvolvimento da Amazônia (PDAs) e no Plano Amazônia Sustentável de 2006 e 2008. Pretendemos discutir como as concepções orientadoras do desenvolvimento espacial, direcionados à Amazônia, refletiram na dinâmica local. Assim, a metodologia empregada para a realização do trabalho se deu a partir de análise de dados secundários, destacando a utilização do documentário “Projeto Espaço Cotidiano em Pacajá (PA): Representações da vida à beira da Faixa”, que nos deu subsídios para entender a alteração na forma de planejar o espaço tendo como base os relatos de pessoas que viveram estas alterações no cotidiano, como ponta ou capilaridade do poder investido no espaço concebido. O trabalho mostra como estes planejamentos são efetivados, tendo em vista que estes são concebidos em uma realidade externa à região, sem levar em consideração as relações locais pré-existentes. As proposições acerca deste trabalho apontam para a necessidade de pensar o planejamento fundamentado na espacialidade vivida no lugar, enxergando estes espaços mais do que meras áreas de atuação, englobando as necessidades desta sociedade marginalizada ao direito a cidade e ao campo, contribuindo na elaboração de políticas públicas endógenas à região.

Palavras-chave: Planejamento Espacial, Amazônia, Sustentabilidade, Vivências Locais.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia passou e ainda passa por diversos processos de alteração espacial, grandes projetos minero-metalúrgicos, ocupação do espaço a partir de rodovias, processos migratórios espontâneos ou induzidos, que têm por objetivo integrar a Amazônia à dinâmica nacional, para que esta possa contribuir na economia do país. No conjunto destas transformações e seus respectivos instrumentos, para fins de delimitação deste trabalho, teremos como ponto de partida os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs da década de 1970), documentos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), intimamente ligados aos PDAs e os dois Planos da Amazônia Sustentável⁴ (PASs de 2006 e 2008), demonstrando como ocorre uma radical transformação na concepção de Amazônia e de

que forma tal concepção se relaciona com o cotidiano dos grupos que vivem e produzem o espaço Amazônico, ou ao menos frações deste.

O espaço que tomamos como referência de pesquisa para a realização do trabalho é o município de Pacajá, está localizado Sudoeste do Estado do Pará e pertencem à Microrregião Altamira, mesorregião do sudoeste paraense e a região de integração do Xingu. A origem do município de Pacajá está relacionada à construção da Rodovia Transamazônica e com o Programa de Integração Nacional (PIN), sendo o município de Pacajá desmembrado do município de Portel em 1988 (IDESP, 2013).

A transformação no referido município gera novas territorialidades, em grande parte devido à mobilidade em busca de oportunidades de emprego, mas também por força da migração, previstas nos primeiros PDAs concebidos pelo Estado Federal, para ocupar a região amazônica, estas populações são entendidas como um “corpo dócil”, na expressão de Foucault (1993), ou seja, homens e mulheres que são moldados por interesses externos a eles. Partindo deste entendimento, iremos ressaltar as duas diferentes formas de ocupação impostas pelos PDAs e pelos PASs, e como isto alterou a relação do homem com o meio. A primeira concepção repercute na construção e uso do espaço compreendendo a floresta como empecilho ao progresso, que precisa ser aniquilado para garantir os recursos do “desenvolvimento” (PDAs), já a segunda, entende a floresta como reserva de valor a ser preservada, num mercado globalizado e com vocações tradicionais locais (PASs).

Discutiremos também como o planejamento, antes e agora, impacta no cotidiano do pequeno produtor no município em questão, daí afirmarmos que são concepções impostas, dada a ausência de negociação de diálogo no processo de efetivação, com efeitos bastante sérios nas condições de vida das famílias dos mesmos.

A pesquisa se justifica pela importância de se analisar as diversas formas de pensar o desenvolvimento da região, haja vista que estas “ideias-força” (BOURDIEU, 1989) produzem/aniquilam espacialidades e relações, transformando formas de ocupar o espaço, emulando interesses diversos amparados e legitimados pelo Estado. Sendo assim, inicialmente discutiremos algumas concepções fundamentais nos PDAs e PASs, para delimitarmos o “espaço concebido” (LEFEBVRE

Mostrando como estes planos alteraram a produção do espaço e as suas relações onde serão aprofundadas no capítulo 2 e as vozes do espaço e as vivências desses planejamentos em Pacajá-PA no capítulo 3. E como a mudança de planejamento se deu na Amazônia e antes da exploração e hoje para uma sustentabilidade?

2 OS PLANEJAMENTOS DE DESENVOLVIMENTO PARA AMAZÔNIA: A FLORESTA COMO PROBLEMA E A FLORESTA COMO SOLUÇÃO

Quando discutimos o planejamento para a Amazônia, uma série de questões contraditórias emerge (NAHUM, 2011), porém, aqui destacaremos a relação entre a floresta e a produção agrícola, tendo como centralidade o pequeno produtor, para entendermos as linhas de força deste “espaço concebido” e suas mudanças, que é determinante na vivência os produtores.

2.1. Planos de Desenvolvimento da Amazônia: a floresta como problema

O Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) foi uma estratégia criada pelo Estado para intervir, integrar e desenvolver a região dita “estagnada”. Os enunciados de “Amazônia” nos planos, como afirma Nahum (2011, p.24), constituíam um “fetiche espacial”. Esse discurso definia a Amazônia como: uma natureza inacabável e necessitando de exploração (natureza desumanizada), como espaço maleável (espaço neutro), carente de força de trabalho de uma “humanização” (homem objeto) (NAHUM, 2011). São essas três ideias que o PDA impõe à região, criando assim uma visão equivocada da região, equívoco que se torna uma ideia-força (BOURDIEU, 1989), sendo uma efetivação de uma ideia “falsa” que se torna realidade.

Os PDAs I e II, ao construírem o discurso da “natureza desumanizada” na Amazônia, abre caminho para a mesma ser explorada e comercializada, por isso, foram feitos estudos para saber do que a Amazônia era rica e onde se localizavam essas riquezas, para ocupar e se apropriar desses recursos de uma maneira racional.

O fato de ser a Amazônia a detentora da última grande reserva de floresta tropical do mundo, pode se constituir num fator estratégico de sustentação do desenvolvimento econômico, não apenas regional, mas brasileiro. [...] A exploração madeireira deve-se transformar em atividade planejada e institucionalizada, com vistas ao fornecimento regular de produtos florestais, para suprimento aos mercados nacional e mundial, cuja demanda está em ascensão contínua (SUDAM, 1976, p.49).

O programa de aproveitamento madeireiro, um dos suportes mais importantes ao desenvolvimento regional, também se assenta sob duas componentes mencionadas anteriormente, de ordenamento da ocupação espacial e de utilização de técnicas de exploração racional das florestas [...] exploração das florestas de terra firme, em bases economicamente viáveis, através de um modelo de empreendimento que utilize a extração mecanizada (SUDAM, 1976, p 54).

A Amazônia, nesses planos, entra no circuito econômico para suprimir uma necessidade brasileira da matéria-prima, como diz Nahum (2011, p.20): “a natureza é representada como estoque de recursos a serem utilizados por agentes ligados a vários

setores da sociedade civil e política”. Os planejamentos que pensam o ideário do espaço precisou inserir essa “natureza desumanizada” num processo de produção racional (NAHUM, 2011). A racionalidade seria um “domador” para essa natureza selvagem. Nesse discurso uma oposição binária entre a natureza selvagem controlável e a racionalidade dos PDA’s que vem humanizar essa “natureza desumanizada”, trazendo o “novo” a modernidade e desenvolvimento para a região.

Com o discurso de modernização produtiva e o chamado “homem objeto” (NAHUM, 2011) que é manipulado por esses planos ou, como diz Michel Foucault (1993), o homem dócil que se modela de acordo com os interesses externos a ele, ou seja, o Estado faz do “homem dócil” um instrumento, uma “força produtiva” no espaço amazônico, praticando ações predatórias contra a floresta, vista pelos PDA’s como empecilho, o Estado prioriza o desmatamento como estratégia racional de ação.

As atividades florestais na Amazônia se revestem, em grande parte, de caráter predatório. Há necessidade de dar prosseguimento, inclusive em ritmo mais acelerados, às pesquisas em curso, com vista a racionalizar a exploração do setor madeireiro na Região. (SUDAM, 1976, p. 71).

Com a ação predatória no espaço amazônico as taxas de desmatamento chegam a equivaler 6% da área total, com 300 mil km² até 1980 (BRASIL, 2008), nos anos entre 1976 e 1991 essa taxa cresce para 14,07% do território impactado (MACHADO, 2009). O incentivo governamental e as migrações desencadearam a utilização predatória do solo da Amazônia, como afirma Machado (2009, p. 116): “nas décadas de 1970 e 1980 as taxas de desmatamento observadas eram atribuídas à políticas de incentivos fiscais e de crédito rural, a programas de colonização e a investimentos em infraestrutura, que atraíram milhares de migrantes para região”.

Com Crédito Rural, depositado pelo II PDA, fica mais nítida a floresta pensada enquanto reserva de biodiversidade não sendo valorizada,

Possibilitar a implantação e consolidação dos grandes projetos agropecuários da Região, estabelecidos com estímulos da política de incentivos fiscais, a fim de melhorar o abastecimento intenso e gerar excedentes para a exportação. Permitir a melhoria da combinação de recursos produtivos das pequenas e médias fazendas, mediante a introdução de novas técnicas. [...] Transformar a atividade extrativa da seringueira em cultura racional e competitiva, a fim de assegurar o crescente suprimento de matéria-prima (SUDAM, 1976, p. 58).

A valorização desses créditos para agropecuária, recursos de pequenas e médias fazendas, expansão comercial para exportação da matéria-prima com a pretensa “tecnicização” da produção.

2.2. PLANO(S) AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL: A FLORESTA COMO SOLUÇÃO

A mudança do planejamento para Amazônia nos remete ao ano de 2006, quando há o início do Plano da Amazônia Sustentável (PAS) pelo governo federal, cujo objetivo era “um novo modelo para a Amazônia em harmonia com as diretrizes governamentais de crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade socioambiental” (Brasil, 2006, p.17). Com Amazônia agora “conectada” ao circuito econômico brasileiro, e não sendo mais uma região de fronteira, tendo espaços já ocupados, com projetos agropecuários, minerais, madeireiras e as rodovias, o que modificou inúmeras áreas no espaço amazônico.

A expansão da fronteira agrícola sobre a Amazônia, fenômeno registrado nas últimas cinco décadas, alterou significativamente as dinâmicas da região. Com a expansão do agronegócio, dos grandes projetos de infra-estrutura e com o esgotamento das políticas públicas de ocupação do território. (BRASIL, 2006, p.10)

Com o esgotamento das políticas públicas de ocupação para a Amazônia, modificando o espaço e os altos índices de desmatamento e a exploração predatória dos recursos naturais, houve a necessidade de uma alternativa ao padrão de desenvolvimento local, tendo a mudança na própria visão de desenvolver a região um dos seus fundamentos, já que “as políticas públicas deveriam ser pautadas pela ideia de desenvolvimento sustentável”. (MACHADO, 2009, p. 121).

As diretrizes do Plano Amazônia Sustentável são:

Estruturar cadeias produtivas que permitam o uso eficiente dos recursos naturais e a agregação de valor, com a geração de emprego e outros benefícios locais. Fomentar a geração de tecnologias inovadoras, adaptadas às características da Região Amazônica e que atendam as demandas potenciais de indução do desenvolvimento local sustentável. Valorizar a biodiversidade e conhecimento das populações tradicionais sobre a sua utilização sustentável. [...] Incentivar atividades produtivas que garantam a manutenção de serviços ambientais prestados pelos biomas existentes na Amazônia Legal, com benefícios nas escalas local, nacional, global (BRASIL, 2008, p.64).

Do que difere dos PDA's o PAS? Muda a mentalidade de desenvolvimento para a Amazônia, que antes era baseada em desmatar áreas, a floresta vista nesse sentido como um problema a ser enfrentado, como afirma o documento oficial do plano (2008, p.7): "modifica a percepção predominante no passado, que entendia o meio ambiente como obstáculo ao crescimento econômico".

A superação do atual modelo de exploração predatória dos recursos naturais por um novo modelo de desenvolvimento assentado nas atividades econômicas dinâmicas e sustentáveis pode garantir a preservação da imensa riqueza representada pela floresta amazônica, resultando, em tempos de forte ameaça de aquecimento do planeta, em enorme benefício para toda a humanidade. (BRASIL, 2008, p7).

Superar o modelo antigo da exploração predatória vai garantir a biodiversidade como reserva de valor, mas também utilizar o solo amazônico de uma "maneira mais sustentável os recursos naturais, mantendo o equilíbrio ambiental" (Brasil, 2008, p. 64). Para utilização do solo da Amazônia de uma maneira sustentável, o PAS fomenta duas bases: o manejo florestal e produção agropecuária, sendo enfatizadas diretrizes e regulamentações que ambas devem seguir, seja pelo grande ou pequeno proprietário.

O Manejo florestal,

- a- estimular, em áreas caracterizadas por índices de desmatamento acumulado, como no "Arco do Povoamento Adensado", a manutenção e recomposição de florestas, para fins de manejo manutenção de serviços ambientais;
- b- aprimorar e ampliar o alcance das técnicas de manejo, com valorização da biodiversidade;
- c- adotar tecnologias de processamento que permitam o aumento da eficiência;
- d- fomentar o manejo florestal sustentável como parte integrante das estratégias produtivas em propriedades privadas, sobretudo em áreas de Reserva Legal (LG);
- e- reforçar as ações de criação e implantação de unidades de conservação de uso sustentável que permitam o manejo florestal em nível empresarial e comunitário;

[...]

- k- desenvolver estratégias de comercialização e certificação de produtos florestais não-madeireiros. (BRASIL, 2008, p.66).

Quanto a Produção Agropecuária,

[...]

- b- Diversificar os sistemas produtivos em bases sustentáveis;

[...]

e- disseminar boas práticas no manejo do solo, no controle do uso de agrotóxicos e na conservação dos recursos hídricos;

f- recuperar as áreas degradadas por meio de práticas de manejo do solo e sistemas agropastoris, silvopastoris e agrossilvipastoris, de modo de permitir ganhos econômicos e a diminuir as pressões sobre a floresta remanescente;

g- prevenir e controlar as queimadas;

h- estruturar as cadeias produtivas sustentáveis que geram emprego e renda agregação de valor local. (BRASIL, 2008, p. 67).

No manejo florestal verificamos a afirmação da floresta como uma reserva de valor, com a proteção contra desmatamento e legalização de empresas sejam elas madeiras ou extrativistas. Programas de reflorestamento entram em ação na área do “arco do desmatamento”, recuperação de áreas mais desmatadas pela agropecuária juntamente com exploração madeireira e as rodovias foram a principal causa dos desmatamentos na região amazônica. A prioridade da produção agropecuária do PAS é “otimizar o uso de áreas já desmatadas e propiciar a agricultura e a pecuária sustentáveis, diminuindo as pressões sobre a floresta remanescentes” (Brasil, 2008, p. 66).

3 ENTRE O CONCEBIDO E O VIVIDO: AS VOZES QUE EMERGEM DO ESPAÇO EM PACAJÁ (PA)

A colonização dirigida para o município iniciou por volta dos anos de 1980, o INCRA, de acordo com Oliveira e Rocha (2011, p.138): “assentou agricultores pelo lado direito da vicinal até 8 km da faixa da rodovia Transamazônica, e do lado esquerdo a instalação de colonos foi até 12 km”. O INCRA na época dava o Crédito Rural para o pequeno proprietário manejar a sua terra, mas com uso de maneira predatória, não tendo uma produção mecanizada e fertilizantes para roça eram necessários.

O ritmo de desmatamento é fator essencial para o planejamento do uso dos elementos do meio natural em longo prazo, pois ao abrir novas parcelas para implantação de cultivos ou formação de pastagens, as famílias não têm levado em consideração a proteção de áreas de preservação permanente (APPs) como as matas ciliares e morros, além do volume anual de área desmatada. (OLIVEIRA; ROCHA, 2011, p. 138).

Com o PAS em execução, a concepção de desmatar para desenvolver é radicalmente criticada, com a fiscalização e assistência à produção sustentável da terra, em consonância com tópico Manejo Florestal do PAS: “c- adotar tecnologias de processamento que permitam o aumento da eficiência” (Brasil, 2008, p.66), o pequeno

produtor com isso sai prejudicado, não tendo recurso mais do INCRA e capital para compra das máquinas agrícolas a produção do pequeno fica comprometida.

Vozes do espaço fragmentos retirados do documentário, Projeto Espaço e cotidiano em Pacajá (PA): Representações da vida à beira da “Faixa”:

Eles facilitaram muitas coisas pra nós, [...] 5 anos a gente vivia aqui por conta do INCRA, eles dando salário [...] mas depois o INCRA retirou dinheiro. (Zé Carinha e Dona Rosa).

Meio ruim porque, o seguinte. eu trabalho na roça, moro na roça, só não tô comprando a água e a lenha [...] tá difícil à pessoa trabalhar. (Seu Antônio, mais conhecido como Seu Nozinho)

Eles foram lá levaram as famílias pra lá, botaram dizendo que era assentamento e pronto fizeram a casinha pra eles e depois acabo não fizeram mais nada. Não tem recurso, não tem água, luz. Não tem como eles trabalharem na terra não tem como. (Lucivaldo dos Anjos)

Veio a historia do IBAMA né e você não pode fazer uma roça [...], a minha terra só e essa aqui que eu tenho [...] aqui nesse lote não posso derrubar mais nada, já tem que recuperar então eu não tenho maquinário né pra poder beneficiar a terra pra poder plantar, a terra tá ai pra plantar, mas não tem como trabalhar nela sem o maquinário e fica difícil (Seu Nozinho Dona Geni). (PANTOJA, 2013. *Representações da vida à beira da “Faixa”*).

A realidade do pequeno produtor hoje no espaço amazônico e critica, a falta de uma infraestrutura e investimentos faz com haja a substituição da produção ou até mesmo o deslocamento para outras áreas, para a cidade (urbano) ou para fora do município. Vejamos na Tabela 1 que a população do Município na sua maioria está localizada na zona rural com 40.052 (pessoas) (IDESP, 2013), mas note que a população urbana triplicou nos últimos 20 anos isso gera uma pressão inegável sobre a sede urbana do município.

Tabela 1- População residente no município de Pacajá nos anos 1991 a 2010 -

| ZONA | ANOS | | | |
|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 1991 | 1996 | 2000 | 2010 |
| URBANA | 4.160 | 4.522 | 7.604 | 13.752 |
| RURAL | 26.617 | 21.673 | 21.284 | 26.300 |
| TOTAL | 30.777 | 26.145 | 28.888 | 40.052 |

Fonte: IDESP (2013). Elaborado pelos autores, 2013.

A população rural se manteve estável no período de 1991 a 2010, com certa queda nos anos de 1996 a 2000, o que reflete que ocorreu deslocamento para o centro urbano ou outras áreas, esse decréscimo ligada a essas políticas de desenvolvimento de crédito governamentais, houve um esvaziamento ao pequeno e apoio ao grande produtor, mas que nos últimos anos há uma tendência de manutenção pela chegada de outras populações no espaço rural.

A falta de políticas públicas e projetos nesses municípios deixa o pequeno produtor “sem o que fazer” o que falta seria o que afirma Oliveira e Rocha (2011, p.139): “implantação de um projeto de assentamento para regularização fundiária da área e para terem acesso ao crédito agrícola”, para uma exploração sustentável dos recursos, e planejamentos produzidos para suprimir a realidade local.

Para mostrar uma das condições precárias do pequeno produtor, uma das consequências do planejamento do estado para “coletivizar o espaço” e o Assentamento Moça Bonita em Pacajá (figura 1), sendo essa forma não se efetivando, um plano produzido fora da realidade local.

Figura 1- Assentamento Moça Bonita (Pacajá)



Fonte: Projeto Espaço e cotidiano em Pacajá (PA): Representações da vida à beira da “Faixa”. PANTOJA, 2013. (Documentário)

Os pequenos produtores foram colocadas no assentamento num “modelo de pizza”, o meio da comunidade localizada no núcleo 1 onde fica as residências, e os lotes distribuídas na borda da “pizza”. O resultado dessa coletivização do espaço foi o aumento de brigas e invasão de terras vizinhas, e devido às terras serem muito próximas uma das outras e não ser bem dividida, loteada, quando havia corte de arvores caia no lote vizinho, começando assim grandes lutas e discussões. Interessante como o Estado ele tenta impor uma coletividade a partir da forma, mas não efetiva-se essa forma, ou seja, o concebido sobre o vivido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de análise deste estudo partiu de como um planejamento desenvolvimentista que interferiu no espaço amazônico, com a chegada do homem objeto (NAHUM, 2011) para o chamado espaço neutro sem a “humanização” da natureza (natureza desumanizada), um espaço que precisa da modernização e da ocupação para desenvolver a região de fronteira. Esse discurso não relaciona as dinâmicas que já existiam antes do PDA’S, e acaba tornando a Amazônia singular, homogênea tornando uma visão equivocada da região. O que existe nesse sentido são Amazônia(s) dentro da Amazônia (GONÇALVES, 2005) seja ela no aspecto social, cultural, econômico, espacial.

No contexto dos anos 1970 e 1980 se tinha um perfil de homem que era o desbravador, o homem que desmata para produção (PDA), o Estado cria um conjunto de regras para isso. E hoje o perfil de homem que se prioriza e o da preservação (PAS), que utilize de uma maneira mais sustentável a terra e o estado cria normas para preservação da floresta e vigiar o comportamento e afirmar praticas punitivas (FOUCAULT, 1993) a esse homem que desmata indo de contra as normas sustentáveis, mas é este mesmo estado que não cria alternativas para o desenvolvimento do mesmo.

A mudança política dos PDA’s para PAS foi uma necessidade de conter o desmatamento e a exploração predatória mais também rever esse planejamento que já estava “desgastado” com a ocupação da Amazônia já efetivada, integrada ao espaço brasileiro. Com a efetivação do PAS terá rebatimentos espaciais na região amazônica, a sustentabilidade priorizara o grande produtor com incentivos que proporcionaram uma segregação espacial haja em vista que este mesmo investimento não será direcionado para o pequeno produtor que ficara refém das imposições do estado. “O desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais” (BRASIL,2008, p.5),esse discurso não é efetivado em Pacajá-Pa como visto nas vozes do espaço pelos pequenos produtores, a democratização e a diminuição das desigualdades não se concretizam.

Por fim, salienta-se que a importância desse estudo se traduz enquanto contribuição na elaboração de políticas publicas que visem incentivar o endógeno da região, pensando o espaço não mais como concebido, mas uma vivencia de relações que deem o direito a cidade (LEFEBVRE,1991), em que se tem o direito do cidadão aos benefícios da sociedade, para que assim se tenha um desenvolvimento de fato da região.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Berthand do Brasil S/A. 1989.

BRASIL, **Plano Amazônia Sustentável**: Cenários propostos para um novo desenvolvimento regional (Resumo Executivo). 2006. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/resumo_pas.pdf>. Acessado em: <21 de Outubro de 2013>.

BRASIL. **Plano Amazônia Sustentável**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira / Presidência da República. – Brasília: MMA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. história da violência nas prisões. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

IDESP, Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará **Estatísticas Municipais: Pacajá**. 2013. Disponível em: www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/EstatisticaMunicipal/pdf/Pacaja.pdf.> Acessado em: <25 de Outubro de 2013>.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.
_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006. Disponível em: www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf. Acessado em: <20 de Outubro de 2013>

MACHADO, Luciana de Oliveira R. **Desflorestamento na Amazônia brasileira**: ação coletiva, governança e governabilidade em área de fronteira. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bn/v2n1/a03v2n1.pdf>. Acessado em: <21 de Outubro de 2013>.

NAHUM, João Santos. **Região, discurso e representação**: A Amazônia nos Planos de Desenvolvimento.2011. Disponível em: <gdea.ufpa.br/arquivos/artigos/REGI%C3%83O,%20DISCURSO%20E%20REPRESENTA%C3%87%C3%83O%20A%20AMAZ%C3%94NIA%20NOS%20PLANOS.pdf>. Acessado em: <10 de Outubro de 2013>.

OLIVEIRA, Eliene S; ROCHA, Carla Giovana S. **Percepções a Problemática Ambiental pelos Agricultores Familiares do Sudoeste Paraense, Município de Pacajá**. 2011. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/sust/article/viewFile/5823/4827>. Acessado em: <21 de Outubro de 2013>.

PANTOJA, Wallace Wagner R. **Representações da vida à beira da “Faixa”** (Documentário) 2013.

SUDAM. II plano de desenvolvimento da Amazônia: (1975-79). Detalhamento do II PND. Belém, 1976.